

## **Governo do Estado e União confirmam modelo de menor tarifa de pedágio no Paraná**

### **Infraestrutura e Logística**

Enviado por: erikssondenk@secs.pr.gov.br

Postado em: 11/08/2021 18:30

Além da menor tarifa, que poderá ser até 50% mais baixa que atual, a modelagem atende também outras duas prioridades do governo estadual: transparência e garantia de obras. O governador Carlos Massa Ratinho Junior e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, apresentaram o modelo à sociedade nesta quarta.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, apresentaram nesta quarta-feira (11), no Palácio Iguazu, a nova modelagem das concessões rodoviárias do Paraná. Após amplo debate com a sociedade civil e o setor produtivo, Estado e governo federal bateram o martelo para o modelo de menor tarifa, sem limite de desconto e com a garantia de obras a partir de um seguro-usuário, que será proporcional ao desconto tarifário apresentado no leilão. Além da menor tarifa, que poderá ser até 50% mais baixa que atual, a modelagem atende também outras duas prioridades do governo estadual: transparência, com o leilão feito na Bolsa de Valores e aberto para participação de investidores de todo o mundo, e garantia de obras, que deverão ser executadas já nos primeiros anos de contrato — 90% delas devem ser entregues até o sétimo ano. “O Paraná teve, ao longo de mais de duas décadas, um dos pedágios mais caros do Brasil. Nosso desafio era construir um modelo que chegasse a um desconto maior, com uma tarifa justa e também com muita obra”, afirmou o governador. “Teremos no Paraná o maior projeto de infraestrutura da América Latina, com R\$ 44 bilhões em investimentos e quase 1,4 mil quilômetros de duplicações”. “Na campanha, sempre que se abordava a questão do pedágio, eu falava que as novas concessões seriam construídas com transparência, garantia de obras e menor preço. E hoje entregamos ao povo do Paraná um modelo com transparência, garantia de obras e menor preço. É o compromisso que assumimos com a população paranaense”, salientou Ratinho Junior, destacando também o papel da Assembleia Legislativa, da sociedade civil organizada e do setor produtivo, representado no G7, no desenho da modelagem. Estado e Receita Federal discutem implantação de Porto Seco no Sudoeste As concessões serão válidas por um prazo de 30 anos e abrangem 3.368 quilômetros de estradas estaduais (35%) e federais (65%). A previsão é que o leilão aconteça no primeiro trimestre de 2022. Antes disso, a Assembleia Legislativa deve votar o projeto de lei encaminhado pelo Executivo para a delegação das rodovias estaduais à concessão federal. Elaborado pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), o projeto também passa pela análise da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Tribunal de Contas da União (TCU). “Assim que recebermos o sinal verde da Assembleia, vamos fechar a questão da audiência pública, aprovar na agência reguladora e encaminhar esse material para análise do TCU. Seis lotes serão analisados, é bastante coisa, mas tem uma similaridade e um padrão regulatório já trabalhado em outras concessões federais”, explicou o ministro. “Chegamos a um modelo muito equilibrado, que foi construído equalizando a quantidade de obras necessárias ao Estado com a preservação do caixa”, afirmou Freitas. “Qualquer modelo que preserve caixa será bem-sucedido. Quando alguns dos maiores operadores de rodovias já estão te procurando e estudando o modelo de concessão do Paraná, significa que acertamos na

modelagem. Então estamos no caminho certo”, salientou. Licitação do programa de segurança viária do PR recebe 35 propostas. Os contratos atuais vencem no final de novembro. Segundo o ministro e o governador, até a assinatura das novas concessões as duas administrações vão acertar o modelo de conservação das rodovias, provavelmente ficando a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), com suporte também do Siate e das polícias rodoviárias Federal e Estadual. Nova concessão está dividida em seis lotes. PROJETO – As concessões rodoviárias estão divididas em seis lotes, que totalizam 3,3 mil quilômetros de rodovias. Estão previstos R\$ 44 bilhões em investimentos, incluindo a duplicação de 1.783 quilômetros de rodovias, construção de 11 contornos urbanos, 253 quilômetros de faixas adicionais em rodovias já duplicadas, 104 quilômetros de terceiras faixas, mais de mil obras de arte especiais, como viadutos, trincheiras e passarelas, sinal de Wi-Fi em todo o trecho, câmeras de monitoramento e iluminação em LED. A partir do novo modelo, vence o leilão a empresa que apresentar o maior desconto na tarifa no pedágio. A proposta prevê que as tarifas atuais já cheguem à Bolsa de Valores com um desconto médio de 30%. A esse valor, se soma o deságio proposto pelas empresas em disputa. Esse desconto será associado a um aporte financeiro ofertado pela concessionária para garantir a execução do contrato. Chamado de seguro-usuário, esse valor é proporcional ao percentual de desconto concedido à tarifa. Estado projeta redução de 50% nas tarifas dos pedágios com nova concessão. No modelo acordado, estão previstos três níveis de aporte: de 1% a 10%, de 11% a 17% e a partir de 17%. Para isso, as empresas precisam investir R\$ 15 milhões por ponto percentual até 10%, R\$ 60 milhões por ponto percentual até 17% e R\$ 150 milhões por ponto percentual a partir de 17%. O valor será assegurado por lote, e poderá ser aplicado com diferentes finalidades, a serem decididas em cada um deles. Segundo o secretário estadual da Infraestrutura e Logística, Sandro Alex, será formado um comitê com representantes dos governos federal e estadual, da Assembleia Legislativa, da sociedade civil organizada e da população para definir, a cada cinco anos, a forma de usar os recursos do seguro-usuário. “Podemos usar o valor depositado em novas obras que não estão elencadas ou, principalmente, em um desconto maior na tarifa. A decisão será virá da sociedade, por meio do conselho e das audiências públicas”, explicou. Ratinho Junior e Sandro Alex apresentaram o modelo nesta quarta à sociedade. Foto: Jonathan Campos/AEN. PRESENCAS – Participaram do da cerimônia o vice-governador Darci Piana; os secretários Guto Silva (Casa Civil), Marcel Micheletto (Administração e Previdência), Márcio Nunes (Desenvolvimento Sustentável e Turismo), Beto Preto (Saúde), João Debiasi (Comunicação Social e Cultura), Norberto Ortigara (Agricultura e Abastecimento), Rômulo Marinho Soares (Segurança Pública); o diretor-geral do DER-PR, Fernando Furiatti; a secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa; o coordenador-geral de outorgas rodoviárias, Stephane Quebaud; o diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale; o diretor-presidente da EPL, Arthur Lima; os superintendentes regionais do Dnit, José Carlos Beluzzi de Oliveira e Christiano Schineider Machado; o chefe da assessoria especial de comunicação, Felipe Campos; o chefe da assessoria parlamentar, André Boratto; os deputados federais Toninho Wandscheer (líder da bancada) e Reinhold Stephanes Junior; o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano; os deputados estaduais Hussein Bakri (líder do governo), Alexandre Amaro, Nelson Luersen, Tião Medeiros, Ademir Bier, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Coronel Lee, Artagão Júnior, Luiz Fernando Guerra, Delegado Fernando Martins, Emerson Bacil, Evandro Araújo, Gugu Bueno, Homero Marchese, Márcio Pacheco, Nelson Justus, Subtenente Everton, Ricardo Arruda, Tercílio Turini, Tiago Amaral; o prefeito de Cascavel, Leonaldo Paranhos; o presidente da Faep, Ágide Meneguetti; o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken; o presidente da Fiep, Carlos Valter; o presidente da Fetranspar, Coronel Sérgio Malucelli; o presidente de Associação Comercial do Paraná, Camilo Turmina; o presidente da Faciap, Fernando Moraes; o presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, Nelson Gomes; o presidente do Movimento Pró-Paraná, Marcos Domakoski;

o promotor de Justiça e coordenador de assuntos institucionais do MP-PR, Fernando da Silva Mattos; e o superintendente da PRF no Paraná, Antônio Paim.